

2.1- Minas Gerais na República do "Café com Leite"

Minas é um Estado, do ponto de vista geográfico, bastante heterogêneo, "há uma subcultura mineira, não uniforme, constituída de um mosaico de segmentos de regiões culturais brasileiras (café, mineração, moderna agricultura, pastoreio) que se manifestam pelo caráter regional"⁽¹⁾. A superioridade do café sobre os demais produtos, na qualidade de artigo de exportação e a heterogeneidade no setor produtivo impediram que o Estado se tornasse uma unidade econômica coerente. Essa diversidade do ponto de vista econômico regional era agravada pelas dificuldades do ponto de vista de comunicação interna. O Triângulo Mineiro, por exemplo, aproximava-se muito mais de São Paulo, com o qual se comunicava mais facilmente. A Zona Norte do Estado, mais atrasada, por questões de vizinhança tinha mais afinidades com a Bahia.

Durante a Primeira República Minas ocupa o segundo lugar na produção econômica do País, seguido de perto pelo Rio Grande do Sul.

Entretanto, no período situado entre 1889 e 1937, os efeitos sobre a economia mineira indicam um crescimento moderado e desigual. Isto se deve a uma série de fatores como: a dificuldade regional e a falta de comunicação entre as regiões, que faz com que os produtos do Triângulo se escoem via São Paulo e os da região Norte, via Bahia; a falta de um centro polarizador da economia - problema que só começará a ser superado com o crescimento de Belo Horizonte, já na década de vinte; a ausência de saída para o mar, que colocava Minas na dependência do Rio de Janeiro e de Santos para as atividades de exportação - favorecendo as firmas exportadoras e importadoras destes dois

portos, além de atrair capitais para bancos situados fora do Estado, apesar dos esforços dos governadores no sentido de reter o dinheiro em Minas.

A estes fatores, pode-se acrescentar, ainda, um certo conservadorismo do mineiro em relação a assuntos econômicos^(*), que o faziam, por exemplo, encerrar com receio os empréstimos externos, largamente utilizados por São Paulo, na época^(**); a baixa renda per capita e, finalmente, a fraca arrecadação fiscal, decorrente, em parte, da baixa taxaçaõ das propriedades rurais. Em relação à receita fiscal mineira, é importante lembrar que, até 1930, estas dependiam, sobretudo, da taxaçaõ sobre os produtos de exportação, especialmente o café.^(***) Isto porque, embora legalmente o Estado mineiro estivesse habilitado, desde o governo de Silvano Brandão, a taxar propriedades rurais, até 1923,^(****) nenhum presidente se atreveu a en-

(*) O conservadorismo, o medo de inovar, típico nos calculetores mineiros, pode ser explicado pelas dificuldades que enfrentavam no cultivo da terra. Apesar dos políticos da época, referirem-se, constantemente à fertilidade do nosso solo, isso não era verdade. O desgaste provocado pela utilização de sistemas predatórios herdados dos índios, como as queimadas, provocava erosões, calcificação na terra, etc. tornando-a pouco fértil até mesmo nas zonas da Mata e Sul, onde se concentrava a maior parte da produção cafeeira, principal produto de exportação da economia mineira, nesse período.

(**) O governo mineiro não se manifesta favorável aos empréstimos externos, embora goze de boa posição junto aos agentes financeiros. É que o Estado, com sua política moderada e pouco inovadora, não depende de remessas e investimentos para completar sua renda, como ocorre com São Paulo. Em 1920, aproveitando o balanço fiscal favorável, Minas salda suas dívidas no exterior e, a partir daí, apesar das facilidades oferecidas pelos Estados Unidos, evita lançar mão deste tipo de recurso.

(***) A autonomia que o federalismo conferia aos Estados no sentido de estabelecer impostos para a circulação de seus produtos, dentro do próprio território nacional, levou Minas a apoiar São Paulo na defesa desse sistema. Embora aparentemente vantajoso, esse imposto interestadual onerava os produtores, dificultava o comércio com outros estados e oscilava segundo a posição do produto no mercado internacional.

(****) Em 1928, Antônio Carlos, ao aumentar a taxaçaõ sobre os imóveis rurais, cria um sério ponto de atrito com os donos de terra em Minas.